

Os que não querem responsabilidade

5 ABR 1989

ESTADO DE SÃO PAULO

A politicagem está em festa. O Senado suspendeu o processo de privatização do Lloyd Brasileiro, embora as ações relativas à participação da União no capital da empresa já tivessem sido oferecidas à venda. Com a decisão mal-sinada, foram recriadas mais quatro estatais extintas com o Plano Verão: Empresa de Navegação da Amazônia S.A., Companhia de Navegação do São Francisco S.A., Serviços de Navegação da Bacia do Prata S.A. e Companhia Siderúrgica da Amazônia. Verifica-se, pois, como está coberto de razão o ministro Mailson da Nóbrega quando debita aos políticos encastelados no Congresso o demérito pelos empecilhos opostos à privatização da economia — sabido que a estatização é sinônimo de déficit público e que este constitui o principal motor da inflação. O ministro da Fazenda teve oportunidade de lembrar, em Washington, como o Legislativo se opôs e se opõe com vantagem ao modesto programa de desestatização contido naquele plano; e fez ver que a *Constituição-cidadã* reduziu a margem de manobra do Executivo na ordem econômica, enquanto ampliou benefícios ao pessoal do serviço público e contemplou Estado e municípios com

receitas que desfalcaram a União.

Tudo isso é expressão da verdade, valendo notar entretanto que, dentro do espaço de manobra que lhe sobrou, o mesmo Executivo se mostra tímido quando se trata de adotar isoladamente medidas tendentes a promover a privatização. Pior, porém, é que, além de decidir mal, senadores e deputados se permitem longas fugas de Brasília, ocupados com suas bases eleitorais, de olho no pleito federal do próximo ano, a ser convocado para renovação total das cadeiras da Câmara e do terço do Senado. Para todos, o importante é voltar... Fica a impressão de que, embora representantes do povo, esses senhores procedem como se lhe fizessem o favor de falar e deliberar por ele. Providências para que trabalhem e compareçam à Praça dos Três Poderes se assemelham às que se tomam contra colegiais que têm o hábito da gazeta.

Se tudo corresse às mil maravilhas no País, os parlamentares já fariam por merecer a censura popular pelo descaso no desempenho do mandato que pleitearam e obtiveram. Ocorre, entretanto, o contrário. O Brasil parece nau à deriva, sem comando, perda em

noite escura de terrível tempestade, da qual só o povo se dá conta. Os felizardos que atingiram o poder vivem na *ilha da fantasia* ou em seus colégios eleitorais: nos longes do Planalto Central, fora da realidade penosa que a paz artificial de Brasília desfoca; na terra de cada um, ao lado de parentes, amigos, compadres e votantes que constituem não raro sua clientela — para a qual, pressurosos, reservaram sinecuras em tentáculos longamente distendidos das mesmas empresas estatais que se recusam a extinguir, precisamente para que os clientes, desenganados pela *ingratidão*, não os abandonem, procurando quem os *ampare* melhor.

Quando esse tipo de interesse menor, subalterno, prevalece sobre o interesse coletivo e senadores e deputados decidem transformar-se em guardiães da presença incômoda, onerosa e impatriótica do Estado na ordem econômica, pouco resta fazer para arrumar a casa e fazê-la funcionar a contento. A *Constituição dos miseráveis*, para citar ainda o deputado Guimarães, sem o declarar expressamente, instituiu um regime híbrido entre o parlamentarismo e o presidencialismo e asse-

gurou ao Legislativo prerrogativas de que ele se apossou gostosamente mas cujas conseqüentes responsabilidades rejeita na hora de exercê-las. Em outras palavras, senadores e deputados querem ter prestígio, porém não querem arcar com os ônus de decisões; e, quando chegam a formar maioria para deliberar, o que decidem é, no mínimo, lamentável.

Quando se construiu Brasília, pouco depois de inaugurada a nova capital houve incêndio no prédio do Ministério da Agricultura. O ministro da Justiça de então, Armando Falcão, que tinha sob o comando de sua Pasta o Corpo de Bombeiros, quis atravessar o cordão de isolamento para ver de perto a ação dos soldados do fogo. Foi impedido por um bombeiro-candango, ao qual se limitou a dizer: "Sou o ministro da Justiça". A resposta que ouviu deixou-o atônito: "O distinto vai me desculpar, mas ministro eu nem sei o que é; só conheço senador e deputado". Volta-se no tempo, agora, sem que ao menos senadores e deputados se capacitem de que têm graves obrigações a cumprir e se compenetrem de que, cumprindo-as, precisam atender o bem comum.